ESTUDOS TÉCNICOS



ESTUDOS TÉCNICOS

Novo PAC nos Municípios: panorama e desafios

Município forte. Brasil forte.
CNM
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

www.CNM.org.br

SUMÁRIO

1. Introdução 4

2. Metodologia 4

3. Apresentação dos dados 6

4. Análise da distribuição do Novo PAC por Unidade da Federação e regiões 14

5. Relatório do TCU (Acórdão 2.100/2025 – Plenário) 17

6. Comentários finais 18

REFERÊNCIAS 20

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

ESTUDO

NOVO PAC NOS MUNICÍPIOS: PANORAMA E DESAFIOS

Área: Obras, Transferências e Parcerias/CNM **Palavras-chave:** Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); investimento público; obras públicas; prestação de serviços; infraestrutura. **Base legal ou referência de legislação:** Acórdão TCU 21000/2025 e Transparência Novo PAC – Casa Civil.	**Produzido em:** Brasília, novembro de 2026.
Telefone: (61) 2101-6000 **E-mail:** obras.transferenciasuniao@cnm.org.br	**Capa e diagramação:** Assessoria Comunicação CNM

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a execução dos investimentos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com ênfase na diferença entre os valores pactuados pelo governo federal e aqueles efetivamente executados nos Municípios brasileiros. O Programa foi concebido como um instrumento de promoção do desenvolvimento nacional, por meio de investimentos em infraestrutura e da articulação com o setor privado, com impactos esperados na geração de renda, na inclusão social e na redução das desigualdades regionais.

Nesse contexto, o estudo apresenta os principais recortes do Programa, examinando os resultados das obras e dos instrumentos firmados, o que efetivamente se encontra em execução e, sobretudo, o que de fato chegou aos Municípios. Busca, ainda, avaliar as lacunas existentes, identificando os avanços concretos em relação ao que foi inicialmente proposto pelo governo federal, assim com as áreas mais contempladas.

Além da presente introdução, o estudo é dividido em outras cinco seções. A segunda seção aborda a metodologia, incluindo a discussão entre a multiplicidade de bases de dados e suas limitações, a terceira seção faz a apresentação dos dados por eixo e execução, a quarta seção faz uma análise por Unidade da Federação e região do país, a quinta seção traz uma análise do TCU e última seção apresenta os comentários finais.

2. METODOLOGIA

A A análise foi realizada com base na extração de dados dos instrumentos firmados, disponíveis na **página oficial da Casa Civil**, cujas informações encontram-se em acesso livre. Contudo, verificou-se a existência de diferentes bases de dados relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destacando-se, principalmente, a Casa Civil, o TransfereGov.br e o Orçamento-Geral da União (OGU).

A base disponibilizada pela **Casa Civil foi adotada como principal fonte deste estudo** por reunir, de forma mais relevante, os investimentos realizados no âmbito do Novo PAC, contemplando recursos oriundos do Orçamento da União, parcerias com o setor privado, Estados, Municípios, empresas estatais e movimentos sociais. **Dessa forma, trata-se da única base capaz de apresentar uma visão**

mais ampla e integrada dos investimentos vinculados ao Programa.

Por sua vez, o Transferegov.br disponibiliza informações detalhadas por Município e por fases da execução orçamentária, tais como valor global, valor empenhado, valor desembolsado, saldo em conta e valor de licitação aceita. Entretanto, a plataforma possui limitações estruturais relevantes, uma vez que contempla apenas a parcela do Novo PAC executada por meio das transferências federais descentralizadas – como convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada (TED) –, refletindo apenas o chamado "PAC orçamentário descentralizado".

No caso do Orçamento Geral da União, os investimentos do PAC podem ser identificados por meio da classificação RP 3 – PAC, indicador utilizado para demonstrar a participação do Programa no orçamento federal. Embora essa base permita detalhamento das fases da execução orçamentária – como empenho, liquidação e pagamento –, suas limitações são semelhantes às identificadas no Transferegov.br, uma vez que não contempla a totalidade dos investimentos globais do PAC. Além disso, parte significativa dos registros encontra-se concentrada no Distrito Federal, especialmente em situações em que os recursos do OGU são repassados à Caixa Econômica Federal, responsável pela posterior distribuição aos Entes executores, dificultando a regionalização precisa por Município.

Diante desse cenário, verificou-se que **nem todas as informações detalhadas** relativas ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) **não estão integralmente consolidadas em uma única plataforma pública**, ou seja, as informações do PAC no portal de transparência da Casa Civil estão públicas, porém informações de execução mais detalhadas não estão disponíveis. Assim, considerando a necessidade de maior harmonização e abrangência dos dados, a Confederação optou pela utilização da base disponibilizada pela Casa Civil como referência principal para este estudo, mesmo com informações fragmentadas.

Os dados da Casa Civil, considerados até 29 de outubro de 2026, foram utilizados especialmente para análise dos empreendimentos que beneficiam direta e exclusivamente os Municípios. **As informações são organizadas conforme os estágios de execução físicas e os valores estimados dos empreendimentos e instrumentos**, permitindo uma avaliação do andamento das iniciativas vinculadas ao Programa, e foi por essa linha de raciocínio que o estudo se prendeu.

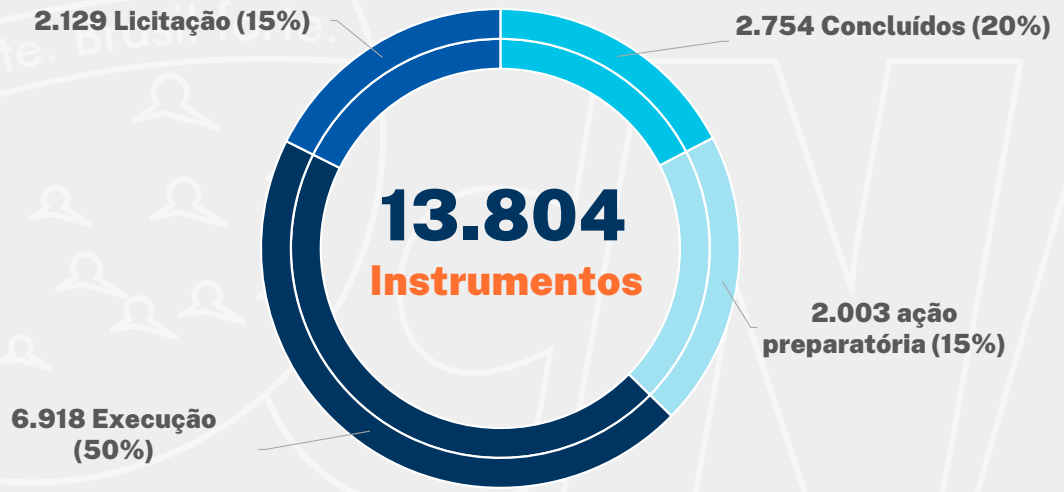
3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS

3.1. CLASSIFICAÇÕES DOS INSTRUMENTOS

A distribuição dos investimentos do Novo PAC por eixos demonstra forte concentração de recursos em áreas específicas. Para analisar esse cenário, verificamos a execução física, por eixo, e analisamos as informações de estimativa de valores, informados pela Casa Civil, que apresenta o seguinte cenário: dos **13.804** instrumentos monitorados, 6.918 (**50%**) encontram-se **em execução**, representando a maior parcela do Programa. Esse resultado indica que quase metade dos projetos já superou as etapas preparatórias e contratuais.

Entretanto, observa-se que 2.003 empreendimentos (**15%**) permanecem em **ação preparatória** e outros 2.129 (**15%**) ainda estão em fase de **licitação ou leilão**. Somados, esses grupos representam **30%** do total de empreendimentos, evidenciando que uma parcela significativa das iniciativas ainda depende da conclusão de **etapas administrativas e técnicas** para o início efetivo das obras ou execução dos instrumentos. Quanto aos empreendimentos **concluídos,** totalizam **2.754**, correspondendo a **20%** do universo analisado, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Classificação dos instrumentos



Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

3.2. EXECUÇÃO FÍSICA – POR EIXO

A análise da média de execução física dos empreendimentos por eixo evidencia diferenças significativas no estágio de maturidade das obras do Novo PAC. **Embora o Programa apresente uma média geral de execução física de 40%**, os resultados variam consideravelmente entre os diferentes eixos, refletindo níveis distintos de complexidade, capacidade de execução e estágio de implementação.

O eixo de **Transição e Segurança Energética apresenta o melhor desempenho, com média de execução física de 79%**. Apesar de contemplar apenas 36 instrumentos, tratam-se de projetos estruturantes que demonstram elevado grau de avanço, indicando maior maturidade na execução dos investimentos.

Em seguida, destaca-se o **eixo de Educação, Ciência e Tecnologia, com média de execução de 49%**. Além de registrar um dos maiores percentuais de avanço físico, esse eixo concentra o maior número de empreendimentos do Programa, com 7.202 instrumentos, e o maior volume estimado de investimentos, **superior a R$ 20,3 bilhões**. Esse resultado demonstra um desempenho expressivo tanto em escala quanto em capacidade de execução.

Os **eixos de Transporte Eficiente e Sustentável e Saúde apresentam níveis intermediários de execução física, com médias de 39% e 35%**, respectivamente. No caso da saúde, embora o percentual ainda seja moderado, **com 35% de média de execução física**, o eixo reúne 4.458 empreendimentos, evidenciando a elevada capilaridade das ações voltadas ao fortalecimento da rede de atendimento nos Municípios.

Por outro lado, **os menores índices de execução física concentram-se nos eixos de Infraestrutura Social e Inclusiva (19%), Água para Todos (18%) e Cidades Sustentáveis e Resilientes (15%)**. Com esses resultados infere-se que obras ou instrumentos relacionados à infraestrutura urbana, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano enfrentam maiores desafios para avançar, seja em razão da complexidade técnica dos empreendimentos, seja pelas dificuldades envolvendo licenciamento ambiental, regularização fundiária, desapropriações, projetos executivos e processos licitatórios (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição de execução

Todas as Propostas			
Eixos	**Qte. Instumentos**	**Estimativa de Valor total do instrumento (2023 - 2030)**	**Média Execução Física (%)**
Transição e Segurança Energética	36	2.061.426.320	79%
Infraestrutura Social e Inclusiva	688	1.510.248.597	19%
Transporte Eficiente e Sustentável	15	478.739.269	39%
Saúde	4.458	11.642.084.943	35%
Água Para Todos	198	2.920.997.171	18%
Educação, Ciência e Tecnologia	7.202	20.399.357.640	49%
Cidades Sustentáveis e Resilientes	1.207	37.955.254.607	15%
Total	**13.804**	**76.968.108.547**	**40%**

Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

Os dados públicos indicam que a maior parte dos empreendimentos se concentram em estágios iniciais de implementação, revelando desafios relevantes para a efetiva entrega dos investimentos à população. **Dos 13.804 instrumentos analisados**, a maior parte das obras ainda permanece em estágios iniciais de implementação, sendo que **6.867 (45,9%) apresentam execução física entre 0% e 20%**, demonstrando que parte das iniciativas do Programa ainda registra baixo avanço físico. Em termos financeiros, essa faixa concentra aproximadamente **R$ 57,2 bilhões**, o equivalente a cerca de **74% do valor total** dos empreendimentos analisados, indicando que a maior parcela dos investimentos ainda não alcançou níveis mais elevados de execução.

O **eixo de Educação, Ciência e Tecnologia** concentra o maior número de empreendimentos (7.167) e corresponde a um valor estimado em **R$ 20,4 bilhões**. Embora **2.523 empreendimentos já apresentem execução superior a 80%**, observa-se que 2.576 obras ainda permanecem com

até 20% de execução física, evidenciando que o avanço do eixo ocorre de forma desigual entre os projetos.

Na **Saúde**, segundo maior eixo em número de instrumentos, o cenário é: dos **4.458** instrumentos, **2.126** encontram-se na faixa de até **20% de execução física**, enquanto apenas **835 ultrapassaram 80% de execução**. Considerando o volume financeiro, aproximadamente **R$ 7,7 bilhões permanecem concentrados em obras com baixo avanço físico**, indicando que boa parte dos investimentos ainda está em fase inicial de implementação.

O eixo de **Cidades Sustentáveis e Resilientes** merece atenção especial. Apesar de concentrar o segundo maior volume de investimentos do Programa, superior a R$ 36,9 bilhões, **951 dos 1.207 instrumentos ainda apresentam até 20% de execução física**. Isso significa que aproximadamente **78,8% das obras desse eixo permanecem em estágio inicial,** reforçando os desafios históricos enfrentados por empreendimentos de infraestrutura urbana, habitação, drenagem e desenvolvimento das cidades.

Situação semelhante é observada em **Infraestrutura Social e Inclusiva e Água para Todos**, cujas obras também se concentram predominantemente nas fases iniciais de execução. Esses resultados refletem a elevada complexidade técnica, ambiental, fundiária e administrativa desses empreendimentos, que normalmente demandam maior tempo para sua implementação.

Por outro lado, o eixo de **Transição e Segurança Energética** apresenta um cenário distinto. Embora reúna apenas 36 empreendimentos, 22 deles já superaram 80% de execução física, indicando elevado grau de maturidade dos investimentos. Esse comportamento sugere que os projetos desse eixo possuem cronogramas mais avançados e maior capacidade de execução quando comparados aos demais setores (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de execução física (%)

Em execução física						
Eixos	**0-20%**	**>20 - 40%**	**>40 -60%**	**>60 - 80%**	**>80 - 100%**	**Total**
Saúde	2.126	706	472	319	835	4.458
Valor Empreendimento	**7.711.269.178**	**1.670.338.950**	**984.457.400**	**554.767.473**	**721.251.942**	**11.642.084.943**
Transição e Segurança Energética	2	2	3	7	22	36
Valor Empreendimento	**81.170.999**	**202.381.014**	**70.783.004**	**245.201.584**	**1.461.889.719**	**2.061.426.320**
Infraestrutura Social e Inclusiva	514	43	23	20	88	688
Valor Empreendimento	**1.179.627.952**	**74.132.147**	**33.706.147**	**43.377.250**	**179.405.102**	**1.510.248.597**
Educação, Ciência e Tecnologia	2.576	823	642	638	2.523	7.202
Valor Empreendimento	**13.331.991.900**	**2.539.591.303**	**1.469.816.591**	**969.997.184**	**2.087.960.661**	**20.399.357.640**
Transporte Eficiente e Sustentável	7	1	2	1	4	15
Valor Empreendimento	**301.270.630**	**1.586.571**	**62.414.078**	**49.348.205**	**64.119.784**	**478.739.269**
Água Para Todos	155	3	9	9	22	198
Valor Empreendimento	**2.216.508.026**	**89.987.119**	**258.831.454**	**138.468.362**	**217.202.209**	**2.920.997.171**
Cidades Sustentáveis e Resilientes	951	51	40	56	109	1.207
Valor Empreendimento	**32.382.904.468**	**1.752.786.353**	**616.706.586**	**1.877.303.868**	**1.325.553.332**	**37.955.254.607**
Total instrumentos	**6.331**	**1.629**	**1.191**	**1.050**	**3.603**	**13.804**
Total valor executado	**57.204.743.153**	**6.330.803.457**	**3.496.715.260**	**3.878.463.927**	**6.057.382.750**	**76.968.108.547**

Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

3.3. ANÁLISE EXECUÇÃO FÍSICA – SUBEIXOS

A análise da execução física por subeixos evidencia diferenças importantes no ritmo de implementação dos empreendimentos do Novo PAC. **Embora 45,9% das obras ainda esteja concentrada na faixa de até 20% de execução física**, alguns subeixos apresentam desempenho mais consistente que outros.

A **Educação Básica** concentra o maior número de empreendimentos do Programa (7.202), dos quais **2.523 já ultrapassaram 80% de execução física**. Apesar desse resultado positivo, **2.576** empreendimentos ainda permanecem **na faixa inicial de execução**, demonstrando que a evolução do eixo ocorre de forma heterogênea. Situação semelhante é observada na **Atenção Primária**, que reúne **3.361 empreendimentos**, sendo **786 com mais de 80% de execução física,** mas ainda com **1.850 obras** (55%) **abaixo de 40% de execução.**

Por outro lado, s**ubeixos de infraestrutura apresentam maior lentidão**. Em Prevenção a Desastres – Contenção de Encostas e Drenagem, dos 501 empreendimentos existentes, 443 (88%) permanecem com **até 20% de execução física**. No **Abastecimento de Água**, 155 dos 197 empreendimentos (79%) também se encontram nessa **faixa inicial**, enquanto na **Mobilidade Urbana Sustentável**, 80 dos 110 instrumentos (73%) ainda registram até 20% de execução. Esses resultados evidenciam que justamente as obras de maior complexidade técnica e maior impacto estrutural continua avançando em ritmo mais lento.

Outro aspecto relevante refere-se ao volume financeiro. **Somente os empreendimentos com até 20% de execução física concentram aproximadamente R$ 58,7 bilhões**, o que corresponde a cerca de 77% do valor total analisado. Esse dado demonstra que **a maior parte dos recursos do Novo PAC ainda está vinculada a obras em estágio inicial de implementação**. Esses números podem ser consultados na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição de execução física – subeixos

Em execução física						
Subeixos	**0-20%**	**>20 - 40%**	**>40 -60%**	**>60 - 80%**	**>80 - 100%**	**Total**
Abastecimento de água	155	3	8	9	22	197
Valor Empreendimento	**2.216.508.026**	**89.987.119**	**192.322.153**	**138.468.362**	**217.202.209**	**2.854.487.870**
Aeroportos	7	1	2	1	4	15
Valor Empreendimento	**301.270.630**	**1.586.571**	**62.414.078**	**49.348.205**	**64.119.784**	**478.739.269**
Atenção Especializada	336	71	40	25	48	520
Valor Empreendimento	**4.945.336.724**	**286.731.162**	**109.273.715**	**82.372.000**	**200.242.225**	**5.623.955.826**
Atenção Primária	1.215	635	432	293	786	3.361
Valor Empreendimento	**2.753.422.454**	**1.383.607.789**	**875.183.685**	**466.222.973**	**514.815.626**	**5.993.252.527**
Cultura	100	13	9	3	37	162
Valor Empreendimento	**393.663.831**	**22.973.247**	**12.461.670**	**12.212.985**	**78.176.377**	**519.488.109**
Educação Básica	2.576	823	642	638	2.523	7.202
Valor Empreendimento	**13.331.991.900**	**2.539.591.303**	**1.469.816.591**	**969.997.184**	**2.087.960.661**	**20.399.357.640**
Eficiência Energética	2	2	3	7	22	36
Valor Empreendimento	**81.170.999**	**202.381.014**	**70.783.004**	**245.201.584**	**1.461.889.719**	**2.061.426.320**
Esgotamento sanitário	136	7	11	15	34	203
Valor Empreendimento	**4.195.527.063**	**221.062.157**	**183.849.342**	**259.629.796**	**344.794.100**	**5.204.862.458**
Esportes	399	30	14	17	51	511
Valor Empreendimento	**589.818.120**	**51.158.900**	**21.244.477**	**31.164.264**	**101.228.725**	**794.614.486**

Em execução física						
Subeixos	**0-20%**	**>20 - 40%**	**>40 -60%**	**>60 - 80%**	**>80 - 100%**	**Total**
Gestão de Resíduos Sólidos	48	-	1	-	3	52
Valor Empreendimento	**309.807.611**	**-**	**626.781**	**-**	**30.911.410**	**341.345.802**
Infraestrutura Hídrica	-	-	1	-	-	1
Valor Empreendimento	**-**	**-**	**66.509.301**	**-**	**-**	**66.509.301**
Mobilidade Urbana Sustentável	80	4	2	8	16	110
Valor Empreendimento	**9.439.555.387**	**428.487.567**	**91.842.277**	**1.028.299.616**	**456.960.718**	**11.445.145.566**
Periferia Viva - Urbanização de Favelas	244	21	17	25	34	341
Valor Empreendimento	**4.664.774.355**	**118.105.348**	**128.988.080**	**201.434.801**	**196.088.270**	**5.309.390.854**
Preparação para Emergências Sanitárias	-	-	-	1	1	2
Valor Empreendimento	**-**	**-**	**-**	**6.172.500**	**6.194.091**	**12.366.591**
Prevenção a Desastres: Contenção de Encostas e Drenagem	443	19	9	8	22	501
Valor Empreendimento	**13.773.240.052**	**985.131.280**	**211.400.106**	**387.939.655**	**296.798.833**	**15.654.509.927**
Segurança Pública com Cidadania	15	-	-	-	-	15
Valor Empreendimento	**196.146.001**	**-**	**-**	**-**	**-**	**196.146.001**
Telessaúde	575	-	-	-	-	575
Valor Empreendimento	**12.510.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.510.000**

Em execução física						
Subeixos	0-20%	>20 - 40%	>40 -60%	>60 - 80%	>80 - 100%	Total
Total instrumentos	6.331	1.629	1.191	1.050	3.603	13.804
Valor Empreendimento	57.204.743.153	6.330.803.457	3.496.715.260	3.878.463.927	6.057.382.750	76.968.108.547

Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

4. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO NOVO PAC POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E REGIÕES

Os dados evidenciam a ampla abrangência territorial do Novo PAC, que alcança **4.016 Municípios brasileiros**, ou seja, esses Munícipios estão envolvidos em alguma fase do empreendimento (ação preparatória, em licitação/leilão, em execução ou concluído). Em outras palavras, cerca **de 72% dos 5.569 Municípios do país possuem ao menos uma obra ou instrumento vinculado ao Programa**, demonstrando seu elevado potencial de capilarização e sua capacidade de disseminar investimentos públicos por grande parte do território nacional. Contudo, a ampla presença territorial do Programa não significa, necessariamente, a efetiva entrega dos investimentos à população, tornando fundamental **analisar o estágio de execução física** dos empreendimentos.

Conforme pode ser observado na Tabela 4 (próxima página), o Estado de **Minas Gerais** lidera o *ranking* nacional, com **518 Municípios** contemplados com ao menos um instrumento do PAC, seguido por **São Paulo (385), Bahia (369) e Rio Grande do Sul (282)**. Esses números refletem, em grande medida, o próprio tamanho da malha municipal desses Estados, que concentram algumas das maiores quantidades de Municípios do país.

Uma vez que os Municípios contemplados estão concentrados em Unidades da Federação específicas, a capilaridade do Programa está associada à estrutura federativa brasileira. Ainda assim, a presença de instrumentos em praticamente todo o território nacional demonstra o potencial do Novo PAC como instrumento de promoção do desenvolvimento regional e redução das desigualdades territoriais, que é a intenção do governo federal.

Tabela 4 – Distribuição do Novo PAC por UF

UF	Municípios Envolvidos	Total de Municípios	% Adesão	UF	Municípios Envolvidos	Total de Municípios	% Adesão
AC	21	22	95%	PB	170	223	76%
AL	93	102	91%	PE	173	184	94%
AM	60	62	97%	PI	178	224	79%
AP	14	16	88%	PR	224	399	56%
BA	369	417	88%	RJ	84	92	91%
CE	172	184	93%	RN	136	167	81%
DF	1	1	100%	RO	41	52	79%
ES	68	78	87%	RR	14	15	93%
GO	169	246	69%	RS	282	497	57%
MA	206	217	95%	SC	180	295	61%
MG	518	853	61%	SE	66	75	88%
MS	60	79	76%	SP	385	645	60%
MT	99	141	70%	TO	95	139	68%
PA	138	144	96%	**Total**	**4.016**	**5.569**	**72%**

Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

Ao analisarmos a Tabela 4 percebemos que os Estados com menos Municípios envolvidos, em qualquer estágio do PAC (ação preparatória, licitação, execução e conclusão), são: Paraná (56%), Rio Grande do Sul (57%), São Paulo (60%) e Minas Gerais (61%).

Considerando que 72% dos Municípios do país possuem algum empreendimento no Novo PAC, a CNM organizou os dados municipais por regiões. Os resultados, presentes na Tabela 5, indicam que os maiores percentuais de cobertura ocorreram nos **Municípios do Nordeste (87%)** e do **Norte (85%)**, em termos de adesão. Por outro lado, a taxa de adesão ao Novo PAC nas regiões Sul (58%) e Sudeste (63%) é consideravelmente menor.

O **Nordeste merece destaque por ser a região com o maior número de Municípios atendidos**, indicando a relevância dos investimentos do PAC com o indicativo de redução das desigualdades regionais e para a ampliação da infraestrutura em áreas historicamente carentes de investimentos públicos. Ainda conseguimos observar nas Tabela 4 e 5 que na **região Nordeste** há forte presença do Programa, com destaque para **Piauí (178 Municípios), Paraíba (170), Ceará (172) e Pernambuco (173)**. O resultado demonstra a relevância dos investimentos do PAC para a ampliação da infraestrutura e dos serviços públicos em uma região historicamente marcada por *déficits* estruturais, já as **regiões Norte e Centro-Oeste registram**, respectivamente, 383 e 329 Municípios contemplados. Embora apresentem números absolutos menores, a presença do Programa nessas regiões é estratégica, especialmente diante dos desafios logísticos, territoriais e de integração regional que caracterizam essas localidades, conforme pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição por região

UF	Municípios Envolvidos	Total de Municípios	% Adesão
Centro Oeste	329	467	70%
Nordeste	1.564	1.793	87%
Norte	383	450	85%
Sudeste	1.054	1.668	63%
Sul	686	1.191	58%
Total	**4.016**	**5.569**	**72%**

Fonte: Casa Civil. Elaboração: CNM.

5. RELATÓRIO DO TCU (ACÓRDÃO 2.100/2025 – PLENÁRIO)

Na elaboração desse levantamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou um acórdão sobre o Novo PAC. Ao acompanhar a implementação do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), identificou fragilidades relacionadas à transparência, à governança e ao monitoramento dos empreendimentos. O Tribunal concluiu que as informações atualmente disponibilizadas sobre o Programa ainda são insuficientes para permitir o adequado acompanhamento da execução física e financeira das obras e da aplicação dos recursos públicos. O Estudo elaborado pela CNM caminha nessa direção, ao apresentar diagnóstico similar para a realidade municipal.

Entre os principais apontamentos, o **TCU destacou que o portal do Novo PAC, disponibilizado pela Casa Civil, não apresenta informações detalhadas sobre os critérios de seleção dos empreendimentos**, os cronogramas de execução, os valores previstos para cada exercício, os indicadores de desempenho, as fontes de financiamento e a evolução física e financeira das obras. Essa limitação compromete a transparência do Programa e dificulta o controle social e institucional, também mencionado no levantamento da Confederação.

Em razão dessas constatações, o Tribunal determinou que a Casa Civil amplie as informações disponibilizadas no Portal do Novo PAC, que foi o objeto desse estudo, incluindo dados sobre execução física, cronogramas, indicadores de desempenho, critérios de seleção dos projetos e fontes de recursos. Também recomendou o desenvolvimento de um sistema informatizado capaz de permitir o monitoramento integrado dos empreendimentos, além de maior detalhamento das informações financeiras e orçamentárias do Programa.

6. COMENTÁRIOS FINAIS

O presente estudo demonstra que o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2023, representa uma das maiores iniciativas de investimento público em infraestrutura dos últimos anos, com forte presença nos Municípios brasileiros. **Os dados analisados evidenciam que o Programa alcança aproximadamente 4.016 Municípios, correspondendo a cerca de 72% dos Municípios do país, o que confirma sua elevada capacidade de capilarização.**

Entretanto, a análise da execução dos empreendimentos revela que os avanços observados na contratação e na distribuição territorial dos investimentos ainda não se refletem, na mesma intensidade, na conclusão das obras. Embora 50% dos empreendimentos já estejam em execução, apenas 20% encontram-se concluídos nos Municípios, enquanto parcela expressiva permanece nas fases preparatórias ou de contratação. **Além disso, 45,9% dos empreendimentos apresenta até 20% de execução física**, concentrando aproximadamente R$ 57,2 bilhões, o equivalente a cerca de 74,3% do valor total analisado.

Os resultados também apontam **diferenças relevantes entre os eixos do Programa. Áreas como educação, ciência e tecnologia e saúde apresentam evolução mais consistente**, ao passo que os empreendimentos relacionados à infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento, abastecimento de água e prevenção de desastres continuam enfrentando maiores dificuldades para avançar.

O estudo sublinhou que os dados do Novo PAC permanecem dispersos em diferentes bases governamentais, dificultando o acompanhamento da execução física e financeira dos empreendimentos, mas tendo como fonte oficial as informações da casa civil. Essa conclusão é reforçada pelo **Acórdão 2.100/2025** do Tribunal de Contas da União, que identificou fragilidades na transparência, no monitoramento e na disponibilidade de informações sobre o Programa, determinando o aprimoramento do Portal do Novo PAC e recomendando maior detalhamento dos dados de execução, critérios de seleção, fontes de financiamento e indicadores de desempenho.

Sob a perspectiva municipal, os resultados evidenciam que **o principal desafio do Novo PAC deixou de ser a seleção ou o anúncio de novos investimentos e passou a ser a capacidade de transformar os recursos previstos em obras efetivamente concluídas** e serviços públicos entregues à população. A execução de políticas públicas dessa magnitude exige não apenas disponibilidade orçamentária, mas também planejamento adequado, projetos executivos consistentes, segurança jurídica, fortalecimen-

to da capacidade institucional dos entes executores e mecanismos eficientes de acompanhamento e gestão.

Nesse contexto, a CNM reafirma a importância do fortalecimento da cooperação federativa, da simplificação dos processos de execução e da ampliação da transparência das informações públicas, como instrumentos essenciais para aumentar a efetividade do Programa. A consolidação de uma base única, pública, integrada e atualizada de dados, aliada ao apoio técnico permanente aos Municípios, contribuirá para reduzir entraves, aprimorar a gestão dos empreendimentos e acelerar a entrega dos investimentos.

A **Confederação orienta que os gestores municipais realizem uma análise criteriosa da viabilidade técnica, financeira e operacional antes de aderirem a programas da dimensão do Novo PAC**. Embora o apoio financeiro da União seja fundamental para viabilizar os investimentos, cabe aos Municípios a responsabilidade pela execução dos empreendimentos, pelo cumprimento dos cronogramas, pela gestão contratual e, após a conclusão das obras, pela operação, manutenção dos equipamentos e custeio dos serviços, incluindo, quando necessário, despesas com pessoal. Por fim, conclui-se que o Novo PAC possui potencial para promover importantes transformações na infraestrutura nacional e no desenvolvimento dos Municípios brasileiros. Contudo, **seu sucesso deverá ser medido não pelo volume de recursos anunciados ou pela quantidade de empreendimentos selecionados, mas pela capacidade de converter esses investimentos em obras concluídas, serviços públicos de qualidade e melhoria efetiva da qualidade de vida da população.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. *Transparência Novo PAC*. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/transparencia. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. *Painéis Gerenciais*. Discricionárias e legais. Disponível em: https://dd-publico.serpro.gov.br/extensions/painel/DiscricionariasNovoPAC.html. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. TCU. *Pesquisa Integrada.* Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-2724678/NUMACORDAOINT%20asc/0. Acesso em: 13 jul. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Sede
SGAN 601 – Módulo N
CEP: 70830-010
Asa Norte – Brasília/DF
Tel: (61) 2101-6000

Escritório Regional
Rua Marcílio Dias, 574
Bairro Menino Deus
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS
Tel: (51) 3232-3330

canal cnm

portalcnm

@portalcnm

TVportalCNM

@portalcnm

Confederação Nacional de Municípios

Para mais artigos
acesse nossa biblioteca